

O MUSEU COMO PRÁTICA DE SIGNIFICAÇÃO: FUNCIONAMENTO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA

LETÍCIA SCHUBERT FRIEDRICH^{1*}, CAROLINE MALLMANN SCHNEIDERS²

1 Introdução

O presente trabalho toma como objeto de estudo o Museu 25 de Julho, situado no município de Cerro Largo, no Rio Grande do Sul, que tem o Centro Cultural 25 de Julho como associação responsável pelo referido museu. Para nós, o museu é entendido enquanto um espaço de institucionalização de história (s) e memória (s), produzindo efeitos de sentido que permitem a constituição de determinada narratividade e versão sobre os fatos históricos que guardam. Sob a perspectiva teórico-metodológica adotada, entende-se que o museu busca estabilizar os sentidos ao preservar uma memória social e coletiva. “Contudo, essa memória e história institucionalizadas não são uma reconstituição fiel ou reflexo transparente do passado, mas sim uma leitura atual dele” (Catroga, 2010, p. 167).

Compreendemos, desse modo, que os museus atuam na produção de efeitos de sentido como espaços de institucionalização de história e de memória, determinando quem tem, ou não, direito à interpretação dos fatos. Assim, o foco dessa reflexão não é a memória de arquivo, que estabiliza sentidos, mas os efeitos da memória discursiva em sua relação com a história.

2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em refletir sobre o modo como o Museu 25 de Julho, o qual visa guardar/preservar determinada história e a memória, sobretudo, em torno da imigração alemã e das reduções jesuíticas, produz determinada narratividade e versão sobre os fatos históricos que guarda. Para tanto, buscamos, como objetivos específicos: compreender o funcionamento discursivo do arquivo que o museu visa guardar/preservar; explicitar os efeitos ideológicos e de relações de poder constitutivos dos discursos inscritos no museu, e analisar os efeitos da história e da memória que determinam o arquivo do museu.

3 Metodologia

A abordagem metodológica fundamenta-se nos pressupostos da Análise de Discurso

1 Graduanda. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS. leticiaschubert.friedrich@gmail.com

2 Doutora. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS. caroline.schneiders@uffs.edu.br

(AD) materialista e da História das Ideias Linguísticas (HIL). *O corpus* de análise constituiu-se a partir da compreensão do Regimento Interno do Centro Cultural 25 de Julho e da análise dos materiais físicos que integram o acervo e o arquivo institucional do museu, tais como as ferramentas agrícolas dos imigrantes, os artefatos de povos originários e a cabeça de múmia egípcia (Iret Neferet). O gesto de interpretação empreendido busca desnaturalizar as evidências de sentido do arquivo, observando como o silenciamento e/ou apagamento e os efeitos da colonialidade operam na constituição de narratividades ali materializadas.

Com isso, interessa-nos compreender o funcionamento discursivo do Museu 25 de Julho, a fim de explicitar a historicidade e a memória que afetam o imaginário local por meio do modo como esse museu produz uma “narratividade” (Orlandi, 2017) sobre os fatos da história. Ou seja, interessa-nos os efeitos ideológicos e de relações de poder constitutivos do discurso inscrito nesse museu.

4 Resultados e Discussão

O museu, segundo o viés discursivo, é um resgate da memória e da história que põe em jogo “um enredo, um relato, uma narrativa (...) um espaço discursivo no qual muitas posições-sujeitos encontram-se em confluência” (Romão, 2011, p. 65). Para Massmann, o museu deve ser entendido enquanto prática de significação, é uma “instituição de arte; espaço de memória; espaço de cultura e de história; instituição de preservação do patrimônio material e imaterial, entre outros.” (2020, p. 556).

Quando pensamos no museu, de maneira geral, temos o imaginário e ilusão de que vamos encontrar um todo a respeito de determinada temática, no caso do Museu 25 de Julho, tudo a respeito da imigração alemão, conforme o que nos indica o seu regimento. Assim, buscamos desconstruir esse pré-construído em torno do museu, uma vez que os museus produzem uma memória institucionalizada e é marcado pelo trabalho social da interpretação.

Nossa análise parte do Regimento Interno do Centro Cultural 25 de Julho, para, assim, podermos compreender o modo de constituição do arquivo do Museu e os sentidos que ele produz. Pensar o arquivo é pensar o institucional e o político, instâncias que determinam o que pode e deve ou o que não pode e não deve ser posto em circulação e, especialmente, o que deste pode ou não ser lido. O institucional torna-se, portanto, algo constitutivo do arquivo e tende a estabilizar determinados efeitos e a cristalizar sentidos, silenciando outros. Nesse viés, “o arquivo cria a ilusão de que os elementos necessários para a “reconstituição” de uma memória

estariam ali presentes e reunidos em sua força simbólica. Isso é da ordem do político e é também uma injunção ideológica” (Cervo, 2015, p. 366).

Considerando o Regimento, observamos, no Artigo 2º:

Artigo 2º estabelece as seguintes finalidades estatutárias:

- a) cultivar a **tradição dos fundadores** de Cerro Largo, a elevação cultural e intelectual e a recreação dos seus associados e familiares;
- b) projeção de **filmes culturais** nacionais ou estrangeiros, que possam elevar o nível intelectual da população;
- c) manter e ampliar uma biblioteca através de doações ou aquisições;
- d) promover diversões públicas e culturais mediante apresentação de teatros, cantos orfeônicos, peças e **danças folclóricas**;
- e) manter e ampliar um Museu Histórico e Colonial, enquanto for de interesse do Centro e houver condições, através de doações ou aquisições de peças, objetos e documentos concernentes ao Museu;
- f) comemorar o **Dia do Imigrante**;
- g) zelar pela conservação do **Monumento da Fundação de Cerro Largo**, construído por iniciativa do Centro;
- h) servir como local de pesquisas. (negritos nossos)

Percebemos que o regimento visa cultivar a tradição dos fundadores, comemorar o dia do imigrante e zelar pela conservação do Monumento da Fundação de Cerro Largo. Ou seja, o objetivo é preservar uma história e memória vinculada ao colonizador, o que, segundo Orlandi (1997), produz um silenciamento, pois, no momento em que guarda uma história/memória, silencia-se e/ou apaga outra(s). Quando o regimento menciona a projeção de filmes culturais e a promoção de danças folclóricas, ele não está se referindo à cultura indígena, ou de outras etnias que também constituíam o espaço geográfico da região, mas sim a dos imigrantes. Isso nos indica como o estatuto regulamenta e prioriza a história do colonizador alemão europeu, considerado-o fundador, em detrimento de outros povos, sobretudo, dos indígenas.

No Artigo 3º do Regimento, podemos observar o seguinte: “O Centro terá como base de princípios o **cristianismo**, e em seus órgãos ou locais não serão admitidas quaisquer discriminações de raça, cor, sexo, religião e política.”. Ao estabelecer o cristianismo como a base de seus princípios, o regimento reforça a identidade religiosa que é trazida pelo colonizador europeu. Embora verificamos, na sequência, que não se admitirá discriminações religiosas, compreendemos um efeito contraditório, visto que o próprio documento já define qual é a fé oficial. Isso nos permite questionar sobre o espaço de circulação que outras religiões sejam elas indígenas ou de outras matrizes que fogem do padrão eurocêntrico.

Considerando o arquivo do Museu 25 de Julho, a maior parte é composta por objetos da imigração alemã que foram doados pela comunidade local no século XX. Quando nos deparamos com esses artefatos, não vemos somente ferramentas de trabalho antigas, mas sim a construção da identidade do Museu 25 de Julho, ferramentas que, no seu regimento, são consideradas o pilar central do museu, mantendo o foco na “tradição dos fundadores” como é

previsto no Art. 2º do regimento. Todavia, essa ênfase cria o que Orlandi define como “O discurso da singularidade, é o discurso da cultura (dominado pelo da “civilização”) que a-historiciza” (2008, p. 56). Podemos dizer que as ferramentas e maquinários agrícolas representam para outras culturas (como para os indígenas) o fim de um estilo de vida que aqui já existia.

Todavia, o museu conta um vasto acervo de objetos de povos originários, principalmente de indígenas que viveram ou transitaram pelo que hoje é o território do município de Cerro Largo. Doados por proprietários que encontraram os objetos em suas posses ou em margens de rios da região, esses artefatos indígenas dividem espaço com os objetos da imigração, mas não são mencionados no regimento. Orlandi nos atenta que "o silêncio não é interpretável, mas compreensível" (1997, p. 50), quando conseguimos compreender o silêncio desses artefatos que ali existem, reconhecemos que não são apenas restos arqueológicos, são uma história e marcas de povos que foram calados. O silêncio aqui nos mostra como a história indígena ainda vive, mesmo dentro de um instituto voltado para a imigração alemã.

Segundo o Regimento do Centro Cultural 25 de Julho, uma das finalidades da entidade é "manter e ampliar um Museu Histórico e Colonial" (Art. 2º, alínea e). Entretanto, a existência de um vestígio do Antigo Egito amplia esse limite local para outros horizontes. A presença da cabeça de múmia egípcia Iret Neferet, doada à instituição na década de 1980, ocupando, hoje, uma sala dedicada exclusivamente a ela e posicionada no centro da atenção dos visitantes, a múmia tornou-se o ponto atrativo do museu. Quando vemos a múmia em evidência em uma sala feita só para ela, o museu cria um encontro de mundos. Como afirma Orlandi, “o “choque cultural” não acontece casualmente, ele é produzido” (2008, p. 82). No museu, esse choque é criado pela ação de colocar um elemento tão diferente no coração de uma narrativa colonial.

A partir disso, compreendemos que o Museu 25 de julho não guarda somente o passado, mas o (re)produz. Se o Artigo 2º do Regimento orienta a preservação da “tradição dos fundadores”, a prática da pesquisa nos obriga a olhar além: para a memória indígena que pertenceu à terra e para o exótico que habita o centro (a múmia). O referido museu apresenta um arquivo heterogêneo, guardando a memória sobre o Egito, a imigração e o solo Guarani, transformando-se em algo muito além de um simples depósito de antiguidades.

5 Conclusão

Entendemos, a partir da compreensão do Regimento do Centro Cultural 25 de Julho, que as instituições museológicas não guardam apenas uma verdade histórica acabada, mas sim

produções de sentidos, memórias e esquecimentos. A análise demonstra a prevalência de uma ideologia colonialista e eurocêntrica que, ao focar na exaltação do imigrante e na tradição dos fundadores, silenciou formalmente a contribuição e a existência dos povos originários.

Assim, produzir gestos de interpretação sobre o arquivo dos museus torna-se fundamental para problematizarmos como esses espaços institucionais atuam na reprodução de sentidos, fixando determinada memória e não outra. Portanto, como propõe Guilhaumou, Maldidier & Robin (1994), o arquivo não pode ser entendido enquanto um ‘reflexo passivo de uma realidade institucional’, sendo, por isso, que devemos considerar a importância da leitura quando tratamos do arquivo, por meio da qual podemos lançar gestos de interpretação sobre o estabilizado, a fim de observar o trabalho da memória e da história que afetam o arquivo.

Referências Bibliográficas

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CERVO, L. M. A língua, o museu e os espelhos. **RUA**. Campinas, N. 21, vol. 2, p. 363-380, nov. 2015.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D; R. ROBIN. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1994. p. 163-187.

MASSMAN, DÉBORA. Museu: turismo, punição, silêncio. **RUA**, Vol. 26, n. 2, Nov., p. 555-571, 2020. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 09 de fev. 2022.

ORLANDI, E. P. Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. **Entremeios**. Pouso Alegre/MG, vol. 9, p. 1-8, jul., 2014.

ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Terra à Vista**: Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, E. P. **Eu, Tu, Ele-Discorso e Real da História**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.

Regimento Interno e Estatuto. Cerro Largo, RS.

Palavras-chave: Museu; Análise de Discurso; Memória; Silêncio; Arquivo.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2025-0420

Financiamento: CNPq

